

# O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9342 | Salvador, terça-feira, 30.06.2026

Presidente em exercício Elder Perez



CAMPANHA SALARIAL

## Lançamento na Bahia, amanhã

Na pressão nacional pelo fim da 6x1

Página 4

Como é tradição, o Sindicato dos Bancários da Bahia faz o lançamento da campanha salarial no Estado com manifestação pública para mobilizar a categoria e informar a sociedade sobre o movimento. O

ato está marcado para amanhã, a partir das 9h, no Banco do Brasil do Comércio. Na quinta-feira acontece a primeira rodada de negociação entre o Comando Nacional e a Fenaban. Páginas 2 e 3

MANUEL PORTO



O Banco do Brasil do Comércio será o palco do lançamento da campanha salarial na Bahia, que acontece amanhã, a partir das 9h: mobilização total

# SBBA parte para cima

Amanhã, Sindicato lança o movimento na Bahia. No BB, 9h

JÚLIA PORTELA  
imprensa@bancariosbahia.org.br

A **CAMPANHA** Salarial dos Bancários será lançada na Bahia pelo Sindicato amanhã, com ato público a partir das 9h, na agência do Banco do Brasil, no Comércio, em Salvador.

Como já é tradição, o Sindicato reforça a mobilização no Estado com manifestação reafirmando a defesa dos direitos dos bancários, dos trabalhadores brasileiros, da democracia e da soberania nacional, tão ameaçadas ultimamente pelo entreguismo do clã Bolsonaro.

Em um ano de disputa elei-



MANUEL PORTO

O fechamento de agências está entre as prioridades da campanha salarial dos bancários este ano

MANUEL PORTO

toral, a campanha salarial deste ano reforça pautas como o fechamento de agências, as demissões constantes e a desbancarização de milhões de brasileiros, entre outras reivindicações específicas da categoria e dos trabalhadores de um modo geral como o fim da esca-



la 6x1, a redução da jornada de trabalho, a reeleição de Lula e o aperfeiçoamento do projeto de

democracia social, fundamental para a redução da pobreza e a desconcentração da riqueza.

## Bolsonaristas negam defesa das mulheres

**EM VEZ** de enfrentar o avanço da violência contra as mulheres na internet, a extrema direita no Congresso Nacional decidiu mirar justamente as medidas criadas para combatê-la. Parlamentares bolsonaristas articulam a derrubada de decretos que estabelecem mecanismos de proteção às vítimas e de responsabilização das plataformas digitais, ignorando uma realidade

cada vez mais alarmante no país.

Dados do Ministério das Mulheres mostram que as denúncias de violência digital cresceram 188,6% nos primeiros cinco meses de 2026. O levantamento revela uma escalada de crimes.

Projetos de Decreto Legislativo apresentados por deputados do PL, Novo, União Brasil, Republicanos e Missão tentam suspender o decreto editado pelo governo Lula para estabelecer diretrizes de enfrentamento à violência contra mulheres no ambiente digital. As propostas também atacam o decreto que regulamenta o Marco Civil da Internet. Entre os autores estão Carlos Jordy (PL-RJ), Bia Kicis (PL-DF), Caroline de Toni (PL-SC), Marcel Van Hattem (Novo-RS), Kim Kataguirí (Missão-SP) e Gilson Marques (Novo-SC).



Feminicídio: uma tragédia brasileira

## Cobranças ao INSS

**OS TRABALHADORES** enfrentam há algum tempo problemas no acesso aos benefícios previdenciários, sobretudo aos relacionados à incapacidade temporária ou permanente para o trabalho. E o movimento sindical tem feito cobranças ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para mudar a situação.

Em reunião com representantes do INSS, semana passada, as entidades sindicais relataram a demora na análise de requerimentos, inconsistências no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), indeferimentos indevidos, dificuldades

no sistema Atestmed, falhas na emissão da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), problemas na aplicação do NTEP (Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário), além da lentidão na tramitação de recursos administrativos.

Segundo a direção do órgão, houve redução significativa no tempo médio para análise dos benefícios nos últimos anos. O prazo, que já chegou a 90 dias, foi reduzido para cerca de 50 dias, com a meta de diminuir mais a espera dos segurados.

Apesar do avanço, os dirigentes sindicais ressaltaram que ainda recebem diversas reclamações de trabalhadores que enfrentam obstáculos para obter respostas rápidas, principalmente em casos de recursos administrativos, revisões de benefícios e processos mais complexos.





## BB recusa maior custeio da Cassi

UMA proposta que transfere quase metade da conta da Cassi para os funcionários foi rejeitada pelo movimento sindical. O documento previa um aporte extraordinário de R\$ 2,3 bilhões para recompor as reservas da Caixa de Assistência, mas manteve uma divisão dos custos considerada injusta pelas entidades, que defendem maior responsabilidade do BB na preservação do plano de saúde.

As entidades sindicais cobram solução com garantia da sustentabilidade da Cassi sem comprometer a capacidade financeira dos associados. A proposta é para que o BB arque com 70% do aporte extraordinário, enquanto os bancários contribuíam com 30%. Antes da negociação, os representantes se reuniram em São Paulo para alinhar a estratégia e reafirmar a defesa de um modelo de custeio justo, além

de discutir soluções para o período pós-laboral dos empregados admitidos após 2018 e o atendimento aos funcionários oriundos de bancos incorporados.

Como alternativa à proposta do banco, os sindicatos defenderam que a instituição inicie a contribuição extraordinária já em julho, parcelada em 18 meses, deixando a definição da participação dos associados para depois de uma consulta ao corpo social. Também foi reivindicada a criação imediata de um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de reforma estatutária da Cassi, contemplando temas como governança e adequações às normas regulatórias.

Sem apresentar resposta à contraproposta das entidades, o Banco do Brasil encerrou a reunião comprometendo-se a marcar uma nova rodada de negociação nos próximos dias.

# Na mesa de negociação

Na quinta tem a primeira rodada com a Fenaban

ROSE LIMA  
imprensa@bancariosbahia.org.br

**A BOLA** vai rolar para uma das disputas mais importantes do ano para a categoria. Quinta-feira, em São Paulo, acontece a primeira rodada de negociação entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos).

O encontro deve definir os temas que serão debatidos nas próximas mesas. Entre as prioridades do movimento sindical está o retorno da ultratividade, princípio que garantia a manutenção das cláusulas das convenções e dos acordos coletivos mesmo após o fim da vigência,

até a assinatura de um novo instrumento coletivo.

A ultratividade deixou de existir com a reforma trabalhista de 2017, imposta pelo governo Temer. Desde então, a cada campanha salarial, direitos conquistados ao longo de décadas voltam à mesa de negociação sem qualquer garantia de continuidade, aumentando a insegurança jurídica e tornando a renovação das cláusulas uma preocupação permanente para os trabalhadores.

Para o movimento sindical, recolocar o debate no centro das discussões também tem um significado político. A defesa da negociação coletiva passa, necessariamente, pela eleição de representantes comprometidos com a valorização do diálogo social e com a preservação dos direitos.

Importante destacar que a primeira rodada marca o início

de um processo decisivo para bancários de todo o país. É a partir desses encontros que serão discutidos temas como direitos, condições de trabalho, emprego, saúde, remuneração e outros direitos.



O processo negocial do Comando Nacional com a Fenaban começa na quinta-feira. Mobilização e unidade são essenciais para garantir um bom acordo

# Pressão sobre o Senado

Jornada nacional hoje inclui ato em Brasília e reuniões com senadores

ANA BEATRIZ LEAL  
imprensa@bancariosbahia.org.br

**A LUTA** pela redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 entra em uma etapa decisiva. Diante da tramitação da proposta no Senado, centrais sindicais, movimentos populares e entidades da sociedade civil promovem jornada nacional de mobilização, hoje, a fim de ampliar a pressão sobre os parlamentares e garantir o avanço da medida.

A avaliação das entidades é de que, apesar do amplo apoio popular à proposta, a aprovação depende da mobilização dos trabalhadores e da sociedade. Os setores conservadores do Congresso Nacional e parlamentares bolsonaristas, a imensa maioria, diga-se de passagem, atuam para dificultar o avanço de pautas que ampliem direitos trabalhistas. A escala 6x1 é uma delas.

Entre as iniciativas previstas estão uma reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, participação em audiência pública na Casa, visitas aos senadores nos estados, distribuição de estudos elaborados pelo Dieese (Departamento Intersindical de Esta-



tística e Estudos Socioeconômicos) e ações de comunicação para ampliar o debate sobre os benefícios da redução da jornada de trabalho.

## Cobrança virtual

Além dos atos de rua, os trabalhadores podem pressionar os senadores por meio da plataforma Na Pressão. A ferramenta permite enviar mensagens por e-mail e pelas redes sociais aos parlamentares de cada Estado, cobrando apoio à proposta. Clique em para participar.

## Fome recua entre mais vulneráveis

**OS AVANÇOS** das políticas de combate à pobreza e à insegurança alimentar produzem resultados expressivos no Brasil. Dados divulgados pelo governo federal

mostram que a fome caiu mais de 70% entre mulheres, pessoas negras e crianças, grupos historicamente mais afetados pela privação de alimentos.

A redução é atribuída à ampliação de programas de transferência de renda, à valorização do salário mínimo e ao fortalecimento das ações de proteção social.

O levantamento mostra que a recuperação das condições de vida alcança justamente os mais vulneráveis. Mulheres chefes de família, crianças e a população negra registraram quedas significativas nos índices de insegurança alimentar grave, reforçando a importância de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais e raciais.



Governo Lula tirou o Brasil do Mapa da Fome: de novo



SAQUE

Rogaciano Medeiros

**MAIS IMPUNIDADE?** O compromisso assumido por Flávio Bolsonaro (PL-RJ) de, se eleito, permitir interferência dos EUA na definição do plano de governo do Brasil, é motivo de cassação do mandato de senador, inelegibilidade e processo por crime de alta traição. Uma tarefa para Gonet (PGR), Kássio (TSE) e Fachin (STF). Se vão agir como manda a Constituição, aí é outra conversa.

**PÉSSIMO EXEMPLO** Se as autoridades responsáveis pela guarda da Constituição e o cumprimento das leis não tomarem uma providência contra Flávio Bolsonaro por fazer negociata eleitoreira com a soberania nacional, passarão para a sociedade a ideia de que o crime compensa. Ele já foi flagrado pedindo dinheiro a banqueiro preso e apoiou o tarifaço contra o Brasil. Chega de impunidade.

**SOBERANIA VIOLADA** Flávio Bolsonaro oferecer o Brasil ao EUA em troca do apoio de Trump à sua candidatura é uma grave ameaça à soberania nacional e exige do campo progressista resposta firme e rápida, nos planos político e legal. Mostrar maciçamente ao povo que o presidencialismo do PL não passa de um falso patriota e também acioná-lo na Justiça. O entreguismo corrói a democracia.

**SILÊNCIO GENOCIDA** A Copa do Mundo 2026, a mais manipulada pelo imperialismo pós II Guerra, tem promovido nos jogos, mercedamente, minuto de silêncio pelas vítimas nos terremotos da Venezuela. Mas, de forma canalha, esquece as 165 meninas mortas no bombardeio dos EUA/Israel a uma escola feminina no Irã e as dezenas de milhares de crianças e mulheres assassinadas em Gaza.

**ESTILO PARECIDO** Ninguém em sã consciência, que não seja bolsonarista doente, tem dúvida da queixa do atacante Taremi, de que a Seleção do Irã sofreu todo tipo de perseguição dos EUA, sem que a Fifa tomasse a menor providência. As insanidades do governo Trump fazem lembrar a Copa do Mundo de 1938, na França, marcada por atos estúpidos do nazismo, na época em plena ascensão.